

2 0 2 1

SUMÁRIO EXECUTIVO



CONECTANDO
MULHERES
DEFENDENDO
DIREITOS



União Europeia

ONU
MULHERES



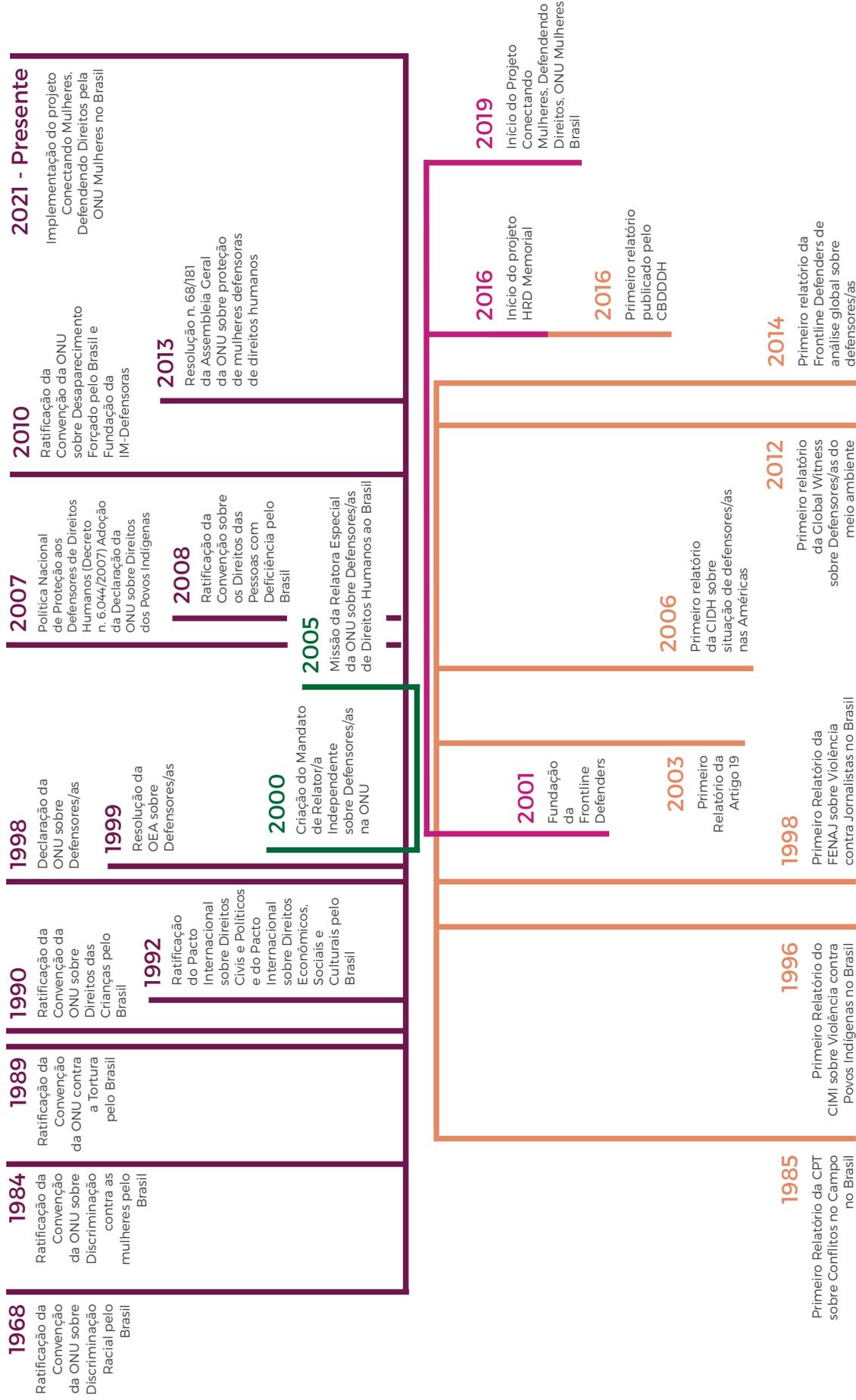
Sumário executivo

Dimensões da violência contra mulheres defensoras de direitos humanos no Brasil

De acordo com a Relatora Especial da ONU sobre Defensores/as de Direitos Humanos, entre 2015 e 2019 1.323 defensores/as de direitos humanos foram assassinados/as em todo o mundo (Conselho de Direitos Humanos, 2021, §41). Mais de 70% destes casos se concentraram na América Latina e no Caribe, e em 166 deles as vítimas foram mulheres. O Brasil ficou em segundo lugar nesse ranking global, com 174 assassinatos de defensores/as de direitos humanos, atrás apenas da Colômbia, com 379.

No país, a atuação de defensoras de direitos humanos tem, desde sempre, sido confrontada pela violência. As causas estruturais dessa violência remontam não apenas aos interesses conflitantes em relação às mais diversas pautas em que atuam, mas também ao desvio em relação aos papéis e expectativas sociais tradicionalmente reservados às mulheres.

Considerando os obstáculos enfrentados por defensoras de direitos humanos, desigualdades e discriminações estruturais, bem como os níveis de violência dirigida contra elas, em outubro de 2019 a ONU Mulheres iniciou a implementação do projeto “Conectando Mulheres, Defendendo Direitos”. Financiada pela União Europeia e alinhada com a Estratégia global da ONU Mulheres sobre Mulheres Defensoras de Direitos Humanos e com as diretrizes da ONU para pôr fim à violência com base em gênero, a iniciativa tem por objetivo que as mulheres, em toda a sua diversidade, defendam os seus direitos livres de violência e de intimidação.



Reconhecendo que, em todo o mundo, a coleta e a análise de dados com perspectiva de gênero sobre a situação de defensoras de direitos humanos são incipientes, uma das prioridades eleitas pelo projeto é a geração de conhecimento sobre esse tema no Brasil. Este relatório integra essa área de incidência do projeto. Ele reúne e sistematiza elementos para compreender qual é a situação da produção de conhecimento sobre violência contra mulheres defensoras de direitos humanos e quais são as formas de violência perpetradas contra elas no Brasil.

Parte 1

Analisa a **disseminação da perspectiva de gênero** em 10 relatórios produzidos por organizações da sociedade civil e outras instituições sobre a **situação de mulheres defensoras de direitos humanos no Brasil**.

Anexo C - lista de palavras mais frequentes utilizadas nos relatórios e "stop words"

Anexo D - perfil de cada relatório analisado

Parte 2

Analisa os resultados de uma pesquisa online aplicada com **defensoras** de direitos humanos no Brasil sobre o seu **contexto de atuação e violências sofridas em conexão com o seu trabalho**

Anexo A

Anexo A - Dados sobre incidentes de violência contra mulheres defensoras de direitos humanos registrados no Brasil entre 2019 e 2020, a partir do monitoramento interno da ONU do Indicador 16.10.1 da Agenda 2030

Anexo B

Anexo B - Tradução para o português do relatório "Situação das mulheres defensoras de direitos humanos", do então Relator Especial sobre a situação de defensores/as de direitos humanos da ONU, Michel Forst

Principais conclusões

As informações apresentadas na primeira parte permitem afirmar que as organizações e movimentos de direitos humanos do país possuem uma grande capacidade para a coleta, sistematização e análise de informações sobre a situação de direitos humanos, inclusive sobre incidentes de violência contra defensores e defensoras de direitos humanos. É possível notar que a produção de conhecimento neste tema no país se estrutura em torno de redes com boa capilaridade e experiência acumulada.

Os resultados sugerem a existência de forte consenso entre as organizações de direitos humanos no sentido de que mulheres enfrentam desafios específicos com base em gênero e estão sujeitas a formas específicas de violência ou são afetadas por elas de modo particular. No entanto, esse consenso não necessariamente se traduz em dados e análises aprofundadas das causas subjacentes à violência a partir de perspectivas interseccionais, a exemplo de gênero, raça e etnia, entre outras, nem está efetivamente integrado na metodologia ou nas narrativas que os relatórios constroem.

Identificou-se uma correlação entre análises sensíveis aos componentes estruturais da violência contra defensoras de direitos humanos e o registro de formas de violência que afetam mulheres defensoras de modo específico ou desproporcional. Apesar dessa constatação, observou-se que há uma tendência a não reportar ataques na esfera privada, violência sexual e violência cometida contra familiares.

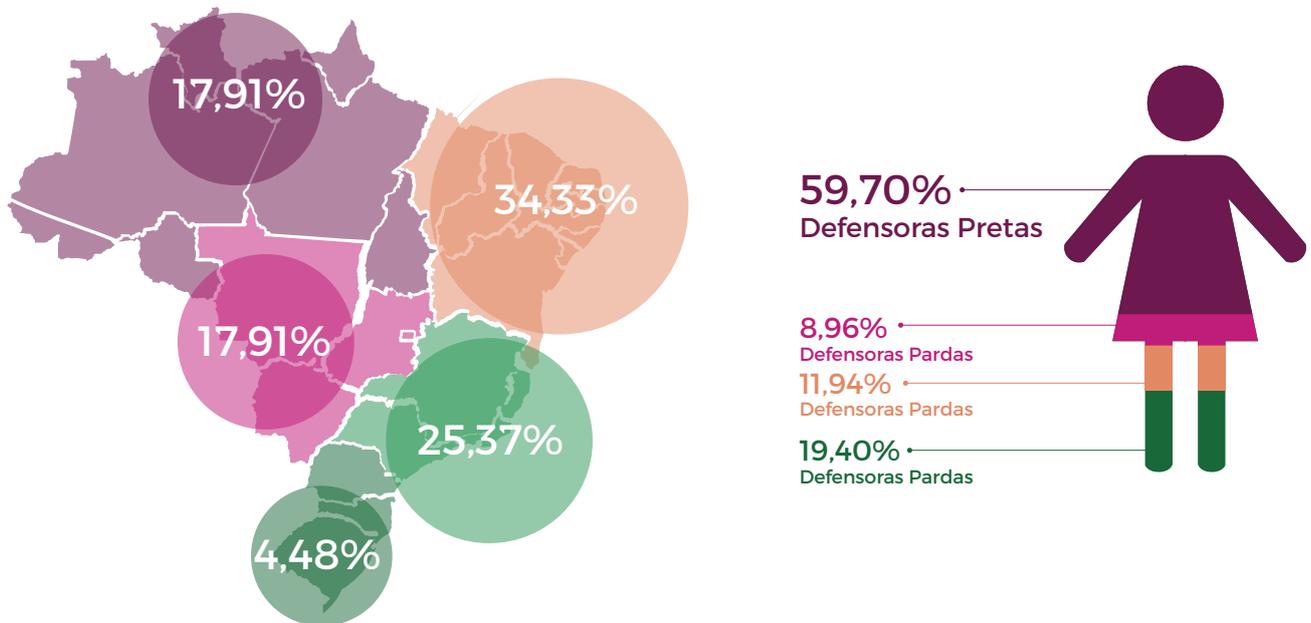
PRÓS

- 1 As organizações e movimentos de direitos humanos do país possuem uma grande capacidade para a coleta, sistematização e análise de informações sobre a situação de direitos humanos, inclusive sobre incidentes de violência contra defensores e defensoras de direitos humanos
- 2 A produção de conhecimento neste tema no país se estrutura em torno de redes com boa capilaridade e experiência acumulada
- 3 Há um forte consenso entre as organizações de direitos humanos no sentido de que mulheres enfrentam desafios específicos com base em gênero e estão sujeitas a formas específicas de violência ou são afetadas por elas de modo particular.

CONTRAS

- 1 No entanto, esse consenso não necessariamente se traduz em dados e análises aprofundadas das causas subjacentes à violência a partir de perspectivas interseccionais, a exemplo de gênero, raça e etnia, entre outras, nem está efetivamente integrado na metodologia ou nas narrativas que os relatórios constroem.
- 2 Correlação entre análises sensíveis aos componentes estruturais da violência contra defensoras de direitos humanos e o registro de formas de violência que afetam mulheres defensoras de modo específico ou desproporcional: Os relatórios que compartilham dessa narrativa em menor grau, ou seja, cujas menções às dinâmicas público/privado, a normalização e a invisibilização da violência contra mulheres são menos recorrentes, tendem a não reportar ataques na esfera privada, violência sexual e violência cometida contra familiares.

Na Parte 2, são apresentados os resultados da pesquisa online aplicada junto a 67 defensoras de direitos humanos no segundo semestre de 2020. A convite da ONU Mulheres, as entrevistadas responderam sobre seu engajamento e temas de trabalho, formas de violência sofridas por elas próprias, seus familiares ou pessoas do seu convívio em decorrência da sua atuação na defesa e promoção de direitos humanos, contexto de atuação e percepções das defensoras.



Das 67 mulheres que participaram da pesquisa, 46 (68,66%) afirmaram que elas próprias, seus familiares ou pessoas do seu convívio próximo já haviam sofrido alguma forma de violência em decorrência da sua atuação como defensora de direitos humanos. As formas de violência mais comumente reportadas pelas defensoras foram, por ordem: ameaças, discriminação, abuso de autoridade, difamação, atos contra a integridade física, assédio ou difamação online, restrições à liberdade de ir e vir, prisão arbitrária e criminalização, tentativa de homicídio, homicídio, violência sexual, tortura, desaparecimento e sequestro. Além disso, 70,15% das defensoras afirmaram que a sua comunidade já sofreu essas violências – uma realidade para a totalidade das defensoras indígenas que participaram dessa pesquisa.

A maior parte das entrevistadas (65,67%) afirmou jamais ter acessado algum tipo de apoio para a sua proteção, seja da parte de redes e coletivos, do Estado, embaixadas, organizações internacionais ou outros atores. Além disso, defensoras pretas, pardas e indígenas indicaram que são as que menos buscam autoridades estatais após elas próprias ou suas comunidades terem sofrido algum tipo de violência em virtude da reivindicação de direitos.

68,66%

Afirmaram que elas próprias, seus familiares ou pessoas do seu convívio próximo já haviam **sofrido violência em decorrência da sua atuação como defensora de direitos humanos.**

Formas de violência mais comuns:

AMEAÇAS

DISCRIMINAÇÃO

ABUSO DE AUTORIDADE

DIFAMAÇÃO

ATOS CONTRA A INTEGRIDADE FÍSICA

ASSÉDIO OU DIFAMAÇÃO ONLINE

VIOLÊNCIA SEXUAL

RESTRIÇÕES À LIBERDADE DE IR E VIR

DESAPARECIMENTO

PRISÃO ARBITRÁRIA E CRIMINALIZAÇÃO

SEQUESTRO

TENTATIVA DE HOMICÍDIO

HOMICÍDIO

TORTURA

70,15%

Afirmaram que a **sua comunidade já foi alvo de ataques por reivindicarem direitos coletivos.** 100% das defensoras indígenas responderam que "sim".

65,67%

Afirmaram **jamais ter acessado qualquer tipo de apoio para a sua proteção,** seja da parte do Estado, redes e coletivos, embaixadas, organizações internacionais, ou outros atores.



Defensoras pretas, pardas e indígenas são as que menos buscam autoridades estatais após elas próprias ou suas comunidades terem sido alvo de violência em virtude da reivindicação de direitos.

A pesquisa também revelou que a pandemia de Covid-19 tem agravado as condições de atuação das defensoras de direitos humanos no Brasil. Os principais desafios colocados pela pandemia têm sido a piora na saúde mental e dificuldades de comunicação. Para algumas, a pandemia levou à suspensão ou redução das suas atividades recorrentes como defensora anterior à pandemia, já outras experimentam uma maior carga de trabalho e demandas na sua atuação pela defesa de direitos, ou ainda um aumento nos riscos enfrentados e ameaças sofridas em decorrência da sua atuação, inclusive maior exposição a ataques digitais. Isso é acompanhado por um significativo envolvimento dessas mulheres na resposta à pandemia por meio de ações humanitárias, além de uma maior carga de trabalho doméstico, perda de renda, insegurança quanto às suas condições de subsistência, perda de pessoas próximas, piora na saúde física, falta de acesso a equipamentos públicos e segurança social.

**Percepções em relação aos impactos da pandemia de Covid-19.
Codificação realizada a partir de respostas abertas.**



O desafio para identificar, descrever e analisar a violência contra mulheres defensoras de direitos humanos no Brasil é, portanto, duplo. Como a parte 1 deste estudo mostra, apesar de existir um consenso compartilhado pelas organizações da sociedade civil que produzem conhecimento relevante sobre violência contra defensoras e defensores no Brasil de que o gênero é um marcador social importante e que, de modo geral, mulheres enfrentam desafios adicionais na sociedade, essa visão nem sempre se traduz em uma metodologia ou análise que venha a incorporar a dimensão de gênero na violência sofrida pelas defensoras. Além disso, a análise exploratória descrita na parte 2 indica que há diferenças significativas no retrato que se produz da violência contra as mulheres defensoras a partir da metodologia empregada para a coleta de dados. Ambas as análises apontam que é crucial incluir a perspectiva de gênero e raça nas metodologias de produção dos dados e na sua análise.

Assim, o horizonte para o qual este relatório aponta é que as organizações, movimentos, redes e espaços de mulheres defensoras de direitos humanos sejam fortalecidos e preservados para que sejam as próprias defensoras dotadas dos recursos e das capacidades de produzir os dados e as narrativas acerca da sua situação e das violências que sofrem por defenderem e promoverem direitos no Brasil. Para isso, investir no autocuidado e no cuidado coletivo entre mulheres defensoras, construção de espaços seguros, diálogos e troca de experiências com redes de defensoras que realizam este trabalho em outros países é um passo fundamental.

Por esse motivo, as partes analíticas deste estudo são completadas por um capítulo com as considerações finais, que compartilha a experiência da IM-Defensoras sobre produção de dados sobre violência contra mulheres defensoras. Como anexos a este estudo, estão também dados coletados a partir do monitoramento interno da ONU sobre incidentes de violência contra defensores/as de direitos humanos, jornalistas e sindicalistas no Brasil entre 2019 e 2020, bem como uma tradução inédita para o português do relatório “Situação das mulheres defensoras de direitos humanos”, publicado em 2019 pelo então Relator Especial sobre a situação de defensores/as de direitos humanos, Michel Forst. As linhas traçadas por Forst no relatório de 2019 serviram como guia e inspiração para este estudo, motivo pelo qual se torna oportuno publicá-los juntos.

As reflexões contidas aqui indicam que, acima de tudo, observar as dimensões da violência contra as mulheres defensoras de direitos humanos – no Brasil e em qualquer outro lugar do mundo – requer virar uma chave que permita enxergar como públicas e politicamente relevantes as formas de violência tradicionalmente vistas como privadas, bem como entender como violências experimentadas coletivamente – como o caso da violência contra povos indígenas e periferias urbanas – afetam as vidas e o contexto de atuação de uma defensora de direitos humanos. Esse passo só é possível se a produção de conhecimento sobre o tema considerar a defensora de direitos humanos, seu contexto de atuação, seus saberes, práticas e prioridades como ponto de partida.

[LINK PARA O RELATÓRIO COMPLETO]



CONECTANDO
MULHERES
DEFENDENDO
DIREITOS



União Europeia

